

COMISSÃO ELEITORAL LOCAL DA DS RECIFE/2021

Comunicado Nº 08 (09/08/2021) - Divulgação das Plataformas das Chapas -

1. A Comissão Eleitoral Local (CEL) da DS Recife promove a divulgação aos filiados desta Delegacia Sindical das plataformas apresentadas, nos termos do § 5º do artigo 4º do Regulamento Eleitoral, pelas chapas concorrentes à Diretoria Executiva da DS Recife.
2. Este ato se dá em cumprimento ao disposto nos §§ 6º e 7º do artigo 4º do mencionado Regulamento, transcritos abaixo:

§ 6º Depois de encerrado o prazo previsto no parágrafo 5º, a Comissão Eleitoral Local deverá, em até quatro dias úteis, promover a divulgação a todos os filiados efetivos das plataformas apresentadas pelas chapas concorrentes à Diretoria Executiva.

§ 7º Na divulgação de que trata o §2º do caput, será garantida em qualquer caso a igualdade entre os candidatos.

COMISSÃO ELEITORAL LOCAL/2021 DA DS RECIFE



CHAPA 1 - 2021

VALORIZAÇÃO e UNIDADE

PLATAFORMA

Colegas, uma experiência de vida bastante diferente e inesperada atingiu todo o mundo e a atividade sindical não foi diferente. Estamos passando por perdas de familiares e colegas, e grandes prejuízos nas nossas relações interpessoais com o isolamento social.

Passamos dois terços da gestão atual em uma pandemia e nos reinventando para funcionar em modo virtual na busca de conquistas para a nossa categoria e a proteção da Receita Federal.

Os impedimentos são imensos, mas não nos fazem esmorecer e conseguimos diversas vitórias e avanços com a participação direta da DS Recife.

Fazendo uma retrospectiva sobre a atuação da DS Recife ao longo de 2020 e primeiro semestre de 2021, anos marcados pela pandemia de coronavírus e a despeito das dificuldades enfrentadas, o Sindifisco realizou uma série de ações em prol da classe e da sociedade, com a participação direta da DS Recife.

Dentre as vitórias temos:

- Barramos a implementação do Ponto eletrônico que a administração central contava como definido, graças ao trabalho efetivo realizado.

- = Conseguimos reverter a grave questão da ANAC, alterando a resolução e acabando com as revistas sem sentido para as autoridades aduaneiras.

- Uma das pautas prioritárias cobradas por inúmeros filiados, anunciada desde a campanha eleitoral, foi finalmente solucionada. A Portaria RFB nº 32/21, estabelece a concessão do porte irrestrito aos Auditores-Fiscais, para arma de fogo particular ou institucional, dentro e fora de serviço, por prerrogativa de função. A resolução dessa pendência de muitos anos representa um marco para a classe, resultado do intenso trabalho realizado pela Direção Nacional com apoio constante da DS Recife.

Total repúdio à PEC Emergencial (PEC 186), com intenso trabalho da DS Recife junto aos representantes do PDT e PSB de Pernambuco que encabeçaram a emenda que derrubou a retirada do FUNDAF da RF.

Reforma do prédio da DS Recife, sofremos com inundação durante os primeiros dias da pandemia, destruindo todos o mobiliário da administração, teto de gesso e outros pontos. Consolidando isso com exigências do corpo de bombeiros, partimos para uma reforma onde a segurança dos filiados e funcionários veio em primeiro lugar. Estaremos, assim, enquadrados em todas as exigências contra incêndio e pânico. A nossa sede que sempre foi um primor agora se adequa às melhores práticas de segurança e funcionalidade.

Nossa chapa se mantém no intuito de trabalhar pela valorização do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil. Renovamos este compromisso e queremos continuar trabalhando para recuperar a autoestima e o orgulho dos colegas por fazerem parte desta carreira essencial para o funcionamento do Estado. Queremos recuperar a alegria e o entusiasmo para com o trabalho que desenvolvemos diariamente. Sabemos que ainda faltam muitas conquistas, tanto com relação à pauta remuneratória, quanto à não remuneratória. Sendo assim, continuaremos lutando pela regulamentação do bônus e apoiando o trabalho judicial feito pela DEN para extensão da integralidade/paridade aos aposentados. E, quanto aos aspectos não remuneratórios, daremos ênfase à luta pela LOF, pela desconcentração do poder decisório, pela análise do chamado “lixo normativo”, entre outros pontos da referida pauta.

Para isso, precisamos focar na união e participação dos colegas para o trabalho sindical. Juntos, a diretoria da DS/Recife com os filiados, conseguiremos alcançar nossos objetivos e recuperar a autoridade do nosso cargo.

Princípios:

- Valorização do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.
- Independência com relação à Administração, ao Governo, a partidos políticos e à DEN.
- Diálogo, inclusive com outras entidades representativas de servidores públicos e, em especial, da RFB.
- Respeito ao Estatuto e ao Regimento Interno.
- Busca da União e da solidariedade entre os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil.
- Defesa dos interesses da nossa categoria e compromisso com suas lutas.
- Defesa da Lei Orgânica do Fisco (LOF) como instrumento de valorização do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.
- Assim que possível, retornar e manter as assembleias descentralizadas, com o objetivo de proporcionar uma maior participação dos filiados nas decisões sindicais.
- Promover debates, palestras e seminários de interesse da nossa categoria.
- Incentivo à criação de grupos de convivência formados por filiados ativos, aposentados e pensionistas, visando promover a integração entre os participantes.

Diretoria de Assuntos Jurídicos e Defesa Profissional

Atuando em parceria com a DEN, a Diretoria de Assuntos Jurídicos tem por objetivo compartilhar com os filiados os resultados de suas demandas no âmbito jurídico e junto à Administração Pública, bem como orientá-los nas causas afetas à categoria, especialmente:

Diretoria de Assuntos Especiais

A diretoria de assuntos especiais terá como objetivos principais:

Aperfeiçoar e ampliar as relações com outros sindicatos e entidades da sociedade, especialmente as que representam os Auditores dos Fisco Estadual e Municipal, visando desenvolver uma maior integração e articulação para defesa das categorias, nos aspectos remuneratórios e não remuneratórios. Esta ação reveste-se de particular relevância em um contexto de reforma tributária, com temas que extinguem alguns tributos e fundem outros (IVA), com repercussões nas competências e atribuições.

Diretoria de Assuntos de Aposentadoria, Proventos e Pensões

Além de acompanhar as causas e direitos de interesse deste segmento da DS, a Diretoria de Assuntos de Aposentadoria, Proventos e Pensões promoverá ações que visem a incentivar a integração dos Aposentados às atividades promovidas pelo sindicato e, em especial, a efetiva participação nas assembleias deliberativas.

Criar mecanismos que possam atrair os Aposentados a uma maior participação nos encontros nacionais e em grupos de trabalho parlamentar, especialmente quando o assunto envolver matéria de interesse próprio e defesa da categoria.

Diretoria de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social

Incentivo à criação de grupos locais para elaboração de estudos técnicos.
Realização de cursos, palestras e seminários técnicos.

Saudações Sindicais, contem com o nosso trabalho e pedimos o seu voto de confiança.

Dauzley Marques de Miranda

Candidato a presidenta na Chapa 1 e todos os colegas que fazem a Chapa1.

PLATAFORMA ELEITORAL DA CHAPA 2 - “DISCUSSÃO DEMOCRÁTICA” PARA AS ELEIÇÕES DA DS RECIFE EM 2021

1 – PRINCÍPIOS

Nossos princípios são os mesmos constantes do Estatuto de nosso Sindicato, dentre os quais destacamos:

- Democracia Interna Participativa.
- Independência e autonomia em relação aos governos e administrações, sem caráter político-partidário ou religioso.
- Combatividade na defesa dos interesses da categoria.
- Defesa da Previdência Social pública e estatal, da justiça tributária e fiscal e da aduana e de seu controle pelo Estado, como instrumentos de proteção à sociedade.
- Solidariedade.
- Defesa do estado democrático de direito e do interesse público.
- Não discriminação em função de origem, raça, sexo, cor, idade, orientação sexual e qualquer outra forma de preconceito.
- Defesa do concurso público como única forma de ingresso em cargo no serviço público.

Aos princípios estatutários acrescentamos os seguintes:

- Resgate do Sindicato como uma instituição de defesa dos interesses da Categoria.
- Defesa da paridade (ativos/aposentados).
- Defesa da Receita Federal e do Serviço Público Categoria.

2 – PONTOS FOCAIS

A ideia central da chapa de oposição DISCUSSÃO DEMOCRÁTICA, para as eleições da DS Recife em 2021, é o exercício da DEMOCRACIA, traduzida no respeito ao Estatuto, ao Regimento e às decisões dos filiados em Assembleia Geral, bem como a luta para o resgate da PARIDADE e para a regulamentação do BÔNUS DE EFICIÊNCIA INSTITUCIONAL.

3 – PARIDADE E BÔNUS

Diante da quebra de isonomia quanto à remuneração de ativos e aposentados, consolidada com a aceitação da proposta de “escadinha” do Bônus de Eficiência, nos comprometemos a lutar pelo restabelecimento da PARIDADE, direito constitucional da Categoria, para aqueles que ingressaram na RFB sob a égide da legislação que a previa. Entendemos que o resgate da PARIDADE seja fundamental para nos reunificar e nos pacificar, de modo a que possamos seguir na construção de objetivos comuns a toda a categoria. Comprometemo-nos, também, a lutar pela regulamentação imediata do Bônus de Eficiência Institucional, conforme previsto em lei. Entendemos que a luta pelo resgate da PARIDADE NÃO é conflitante com a REGULAMENTAÇÃO DO BÔNUS, haja vista que esta é prevista em lei e existe a possibilidade de que ela se dê por decreto, enquanto a preservação do direito à PARIDADE somente será possível por meio de lei específica ou ação judicial e a eventual obtenção da regulamentação não prejudica a luta pelo resgate da paridade.

4 - OS COLEGAS QUE INGRESSARAM A PARTIR DE 19/02/2004 E DE 2013

Esses colegas, infelizmente, juntamente com o conjunto dos servidores públicos que ingressaram no serviço público nessas respectivas datas, já não têm a garantia legal de paridade com os ativos. Por isso, o que interessa a todos, e pode nos unir, é uma política de remuneração justa, que preserve a paridade de quem tem direito constitucional a ela, e garanta a progressão célere de todos, uma vez que os novos colegas, altamente capacitados, em relativamente pouco tempo passam a obter resultados institucionais compatíveis com os dos mais experientes, fazendo jus, portanto, a remuneração igual à destes. O critério básico de progressão deve ser o tempo (não excessivo) de exercício no cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, admitindo-se uma redução ainda maior das exigências, seja em virtude da aquisição de títulos compatíveis com as atribuições do cargo ou outros critérios.

5 – VALORIZAÇÃO

Por meio de diálogo ousado e respeitoso com a Administração, na busca de novas conquistas e preservação dos nossos direitos; de efetiva participação dos Auditores, por meio do Sindicato, nas decisões importantes que afetem a Categoria e o órgão; de ações nos campos jurídico e parlamentar (pressão legítima, construtiva e crítica de grupo de trabalho); bem assim, por meio de parcerias estratégicas, caso a caso, com outros fiscos e instituições da sociedade civil que conosco possam compartilhar ideias e êxitos, defenderemos, persistentemente, os interesses profissionais dos auditores, buscando, entre outros pontos:

- abrir discussão sobre as melhores regras para defesa da Progressão e Promoção, com luta contra as restrições impostas;
- a mobilização da categoria pela desconcentração do Poder Decisório;
- identificar e combater o lixo normativo: normas inconstitucionais e ilegais que afetam negativamente as nossas funções e o funcionamento do órgão;
- lutar por realização de concursos públicos como forma de ampliar a presença fiscal e incrementar o combate aos ilícitos tributários;
- lutar contra a implantação do ponto eletrônico;
- defender as atividades essenciais da nossa Administração Tributária: Fiscalização, Cobrança e Contencioso, que hoje correm riscos, com as recentes medidas e projetos de leis existentes;
- restabelecer a efetiva fiscalização das Contribuições Previdenciárias.

6 – INDEPENDÊNCIA

Tendo consciência da necessidade de uma atuação independente e firme de uma Delegacia Sindical, a nossa atuação será desvinculada de Partidos Políticos, não submissa a interesses da Administração que possam ferir direitos da categoria e com análise crítica e independente em relação à atuação da DEN.

7 – ATUAÇÃO DIVERSIFICADA

Nossa proposta inclui a atuação nas diversas áreas de interesse dos Auditores-Fiscais, tais como: assuntos jurídicos, defesa profissional, defesa da seguridade social, cultura e lazer, dentre outros.